



JOURNAL OF
GLOBAL STUDIES

ISSN 1518-1219

<http://www.meridiano47.info>

João Estevam dos Santos Filho

Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais San Tiago Dantas
(Universidade Estadual Paulista, Universidade
Estadual de Campinas, Pontifícia
Universidade Católica – SP) – São Paulo, SP
E-mail: (joao.estevam@unesp.br).

 ORCID ID:
<https://orcid.org/0000-0003-4147-5486>

Marco Aurélio Chaves Cepik

Universidade Federal do Rio Grande do Sul –
Porto Alegre, RS
E-mail: (marco.cepik@ufrgs.br).

 ORCID ID:
<https://orcid.org/0000-0003-2202-089X>

Copyright:

- This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.
- Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



Relações militares entre Estados Unidos e Colômbia: do Plano Colômbia ao Acordo de Paz (2000-2018)

United States and Colombia military relations: from the Plan Colombia to the Peace Agreement (2000-2018)

DOI: <http://dx.doi.org/10.20889/M47e22003>

Recebido em 11 de setembro de 2020
Aprovado em 20 de novembro de 2020

Resumo

Este artigo analisa as relações entre os Estados Unidos e a Colômbia na área militar entre 2000 e 2018. A hipótese de trabalho sustenta que existe uma continuidade fundamental e uma variação significativa ao longo do período. A continuidade é a profunda dependência colombiana em relação aos Estados Unidos em matéria de segurança. Na conjuntura definida pelo Plano Colômbia (2000-2009), tal dependência foi claramente quantitativa (tecnológica e financeira), enquanto na conjuntura definida pelo Acordo de Paz (2010-2018) a dependência foi mais qualitativa (doutrina e formação).

Abstract

This article aims to explain the military relations between the United States and Colombia between 2000 and 2018. Our working hypothesis states that, while the situation of dependence on the United States continued, security relations in the period defined by Plan Colombia (2000-2009) were mainly characterized by quantitative dependence (technologically and financially). In turn, in the period defined by the Peace Agreement (2010-2018) the dependency was largely qualitative (related to doctrine and training).

Palavras-chaves: Colômbia; Estados Unidos; Relações Militares; Relações Estados Unidos-Colômbia.

Keywords: Colombia; United States; Military Relations; Relations United States-Colombia.

Introdução

As relações entre Estados Unidos da América (EUA) e Colômbia vão além da segurança e passaram por mudanças ao longo da história (Randall, 1992; Safford and Palacios, 2001; Coleman, 2008).

Neste artigo, analisamos as relações militares entre os dois países entre 2000 e 2018, com foco nas implicações para a Colômbia. Há continuidades e descontinuidades ao longo do período. A principal continuidade diz respeito, precisamente, ao caráter assimétrico das relações bilaterais, com os interesses dos Estados Unidos predominando, bem como a dependência da Colômbia em relação à assistência americana para a modernização de suas forças armadas. Por outro lado, observa-se uma mudança significativa no padrão da dependência militar entre os períodos 2000-2010 e 2011-2018. No primeiro período, destaca-se a dimensão quantitativa, principalmente pelas transferências financeiras e de equipamento militar. Já no segundo período, destaca-se o aspecto qualitativo, principalmente o treinamento dos quadros colombianos e a influência doutrinária sobre as forças armadas da Colômbia.

Tal mudança foi causada, dentre outros fatores, pela própria dinâmica do conflito armado colombiano, em conjugação com a política de segurança dos Estados Unidos para a América Latina no governo Obama. Como se sabe, o conflito armado na Colômbia é um fenômeno multidimensional com causas complexas. Entre 1964 e 1965, quando as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* (FARC) e o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN) iniciaram a insurgência armada, e 2016-2017, quando o Acordo de Havana foi aprovado e começou a ser implementado, centenas de milhares de pessoas morreram e o número de vítimas do conflito foi estimado em mais de oito milhões de pessoas, a maioria deslocados forçosamente de suas terras (*desplazados*). As altas taxas de homicídio, violações massivas de direitos humanos, a economia ilegal da cocaína, a presença de grupos paramilitares de direita (principalmente as *Autodefensas Unidas de Colombia* – AUC), bem como de outros atores estatais e não-estatais, foram traços que forjaram a dinâmica de um conflito prolongado. Todos esses fatores variaram significativamente ao longo do período e retroalimentaram a dinâmica das relações entre as agências governamentais dos Estados Unidos e da Colômbia (Holmes et al. 2018; Fuccille and Marques, 2018). Neste artigo, procuramos contribuir para o debate sistematizando e avaliando evidências empíricas sobre a assistência militar estadunidense.

O marco temporal que delimita o trabalho inicia com a implementação do Plano Colômbia (2000) e termina ao final do governo de Juan Manuel Santos (2018). O Plano Colômbia representou uma conjuntura crítica para as relações contemporâneas entre os dois países, aprofundando as relações na área de defesa. Apesar de o Plano Colômbia haver terminado formalmente em 2016, suas implicações são observáveis ainda hoje. Durante os dois mandatos presidenciais de Santos (2010-2018), as idas e vindas da negociação do *Acuerdo Final para Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera* (Acordo de Havana) passaram a ocupar um lugar mais central na agenda colombiana. Ainda assim, somente em fevereiro de 2015 o governo Obama designou um enviado especial (Bernard Aronson) para acompanhar as negociações de paz. Interessa, portanto, entender como se deu a assistência militar dos Estados Unidos para a Colômbia ao longo das duas fases.

Os dados quantitativos foram coletados nas bases do *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI) e do projeto *Security Assistance Monitor* (SAM). Evidências adicionais foram obtidas a partir de relatórios do Ministério de Defesa da Colômbia. Documentos disponíveis para o público, tanto do governo colombiano quanto do governo dos EUA e de instituições de pesquisa dos dois países, foram consultados e são citados ao longo do artigo. Para uma melhor compreensão da lógica

situacional dos atores envolvidos no processo de modernização das forças armadas colombianas, foram realizadas entrevistas com pessoal do Centro de Análise Estratégica do Exército do Futuro (CAEEF), ligado ao Comando de Transformação do Exército do Futuro (COTEF), pertencente ao Exército Nacional da Colômbia. Entretanto, para o tópico específico analisado no artigo (relações militares entre os dois países), uma das entrevistas realizadas nos pareceu mais relevante e está citada como fonte.

Antes de analisar os dois períodos (2000-2010 e 2011-2018), na próxima seção destacamos os principais conceitos mobilizados por especialistas em relações EUA-Colômbia.

Estados Unidos e Colômbia: intervenção, dependência, cooperação

As relações com os Estados Unidos têm sido um dos pontos principais da política externa da Colômbia. Historicamente, tal interação tem oscilado de forma assimétrica segundo dois princípios: *Respice Pollum e Respice Similia*. O primeiro, mais recorrente, refere-se ao padrão destacado por Marco Fidel Suárez¹, no qual o país andino tendia a alinhar-se com os Estados Unidos (a “estrela do Norte”) e mantinha uma política externa de baixo perfil. O segundo princípio refere-se às situações identificadas por Alfonso López Michelsen², quando a Colômbia se identifica com o restante da América Latina e com outros países do chamado Terceiro Mundo, buscando autonomia por meio da formação de grupos e blocos, diversificando suas relações político-comerciais e tendo uma posição menos dependente em relação aos Estados Unidos (Kornat, 2011).

A partir do Plano Colômbia, emergiram três interpretações principais sobre os fundamentos das relações militares entre Estados Unidos e Colômbia. A primeira enfatiza o conceito de intervenção. A segunda enfatiza o conceito de dependência. A terceira enquadra as relações como um tipo de cooperação. As três apresentam variações importantes dependendo da autoria e do período analisado. Entretanto, nos parecem capturar dimensões relevantes do fenômeno.

As abordagens que enfatizam o conceito de intervenção destacam o caráter assimétrico e intervencionista da relação. Um exemplo destacado é o trabalho de Tokatlian (2001). Para o autor, Plano Colômbia possuía três componentes: o primeiro, interno, seria voltado ao fortalecimento da presença institucional do Estado no território nacional; o segundo consistiria na ajuda norte-americana, que viria em forma de assistência antidrogas e de segurança, com um ênfase na atuação do Exército colombiano; por fim, o terceiro seria o auxílio europeu às negociações de paz entre o governo e as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* (FARC). Este terceiro componente seria, segundo o autor, mais simbólico do que concreto. Com a execução do Plano, os EUA buscaram exercer um controle efetivo sobre a região dos Andes, formando um “cordão sanitário” ao redor da Colômbia, com a anuência de países da América do Sul, Central e do Caribe.

1 Marco Fidel Suárez foi Ministro das Relações Exteriores da Colômbia entre 1914 e 1917; também foi Presidente da Colômbia entre 1918 e 1921.

2 Alfonso López Michelsen foi presidente da Colômbia entre 1974 e 1978.

Por sua vez, segundo Tickner (2007) e Méndez (2017), as relações entre os dois países na área de segurança, a partir do Plano Colômbia, teriam obedecido a um esquema de “intervenção por convite”. Tal modelo de intervenção teria seus antecedentes na internacionalização do conflito colombiano a partir do governo de Ernesto Samper (1994-1998) e sua concretização na administração de Álvaro Uribe (2002-2010). Para os dois autores, a intervenção teria ocorrido por iniciativa do próprio Estado colombiano, com a aceitação de sua situação de dependência em relação à grande potência. Ademais, a Colômbia

combinou a aceitação da primazia política, econômica e militar dos Estados Unidos [...], a convocatória para que o país do norte tivesse uma forte presença na Colômbia, e a alienação da autonomia do estado e de seu controle sobre os processos de tomada de decisões a respeito da luta antidrogas e antiterrorista (Tickner, 2007, p. 105-106).

Ainda nos marcos das abordagens que enfatizam o conceito de intervenção, Rojas (2009) afirma que o Plano Colômbia se constituiu em um novo modelo de intervenção dos EUA no pós-Guerra Fria, no qual se combinam dois aspectos: a intervenção dura e a intervenção branda. Em relação ao primeiro, o Plano seria uma intervenção militar indireta na qual a assistência norte-americana seria destinada ao fornecimento de apoio logístico, treinamento, equipamentos militares, dentre outros, com base na doutrina contra insurgente utilizada na América Central. Já a intervenção branda corresponderia fundamentalmente à “ajuda humanitária” ou ao “desenvolvimento”, orientada para a formulação e implementação de programas de desenvolvimento alternativo, fortalecimento institucional e assistência à população vulnerável, sobretudo nas áreas antes envolvidas no conflito armado.

Tal esquema de intervenção seria executado com um tipo de divisão internacional do trabalho: enquanto os EUA se encarregariam da intervenção dura, a branda seria executada sobretudo por ONGs internacionais, pelas organizações intergovernamentais e por países da União Europeia. Assim, a intervenção visaria a uma reconstrução das capacidades do Estado colombiano, a fim de não ser mais uma fonte de ameaça à segurança nacional dos EUA (Rojas, 2009).

Por seu turno, as abordagens que destacam o caráter dependente da relação militar entre Bogotá e Washington também reconhecem a existência de assimetrias e subordinações, mas destacam a funcionalidade da relação para as elites políticas e econômicas colombianas.

Uma importante contribuição, logo no início da implementação do Plano Colômbia, foi o livro organizado por Restrepo (2001). Embora críticos ao programa, os capítulos produzidos por diferentes autores reconhecem, de modo geral, o agravamento do conflito armado e a necessidade de apoio internacional para sua resolução. Dada a excessiva dependência da Colômbia em relação aos EUA e a falta de apoio por parte de outros atores internacionais, já naquela altura os autores destacavam o perfil militarizado do pacote de ajuda como algo negativo.

Para o período mais recente (2010-2018), um dos trabalhos que se destacam é o de Tickner e Morales (2015). Os autores afirmam haver um novo tipo de relação entre os dois países na área de segurança durante a década de 2010, que denominaram cooperação dependente associada. Esse tipo de interação teria sido resultado da redistribuição de funções relacionadas ao campo da segurança,

segundo as mudanças na política internacional dos EUA, cujo efeito principal teria sido a transferência de novos papéis a países periféricos que possuem alguma expertise e afinidade política com o governo norte-americano, como a Colômbia (Tickner and Morales, 2015).

Portanto, este tipo de relação teria quatro características fundamentais: em primeiro lugar, requer que o país periférico possua certo grau de suficiência em termos de capacidades e de *know-how* para apoiar os objetivos da grande potência. Em segundo lugar, o país *proxy* ou cliente não se torna um parceiro estratégico, uma vez que se trata de uma relação assimétrica na qual os objetivos do ator mais forte têm prioridade. Terceiro, a agência do Estado mais fraco não necessariamente é investida em uma maior autonomia; inclusive, no caso colombiano, o país teria assumido voluntariamente o papel de *proxy* dos EUA. Por fim, a cooperação dependente associada implica em uma busca de interesses próprios entre ambas as partes que não é necessariamente antagônica (Tickner and Morales, 2015).

Por sua vez, Rojas (2017) afirma que os planos norte-americanos para a Colômbia no pós-conflito armado seriam em grande parte uma continuidade do enfoque desenvolvido na última fase do Plano Colômbia, na qual “se considerou a convergência dos objetivos da estratégia puramente militar, por um lado, com os da recuperação social e do fortalecimento institucional, pelo outro” (Rojas, 2017, p. 41). Nesse sentido, as relações bilaterais na área de segurança teriam como aspecto fundamental o aprofundamento da terceira fase do Plano Colômbia, nomeado Plano Consolidação, na qual se intensificava o aspecto de desenvolvimento socioeconômico da interação entre os dois países, inclusive com a adaptação por parte do governo colombiano da chamada Doutrina de Ação Integral, com auxílio de órgãos do Departamento de Estado, como a USAID. Desse modo, enquanto na década de 2000 o aspecto militar era o preponderante, na década seguinte a intervenção branda seria predominante nas relações EUA-Colômbia (Rojas, 2017).

Cumprido reconhecer, entretanto, que a dependência colombiana possui raízes históricas, econômicas e sociais, que remontam à primeira metade do século XX. Durante a Guerra Fria, as elites políticas colombianas alinharam-se com os EUA para avançar em seus objetivos políticos internos, inclusive no enfrentamento das guerrilhas liberais nas décadas de 1950 e 1960 (Torres, 2001).

Finalmente, o conceito de cooperação em defesa é mobilizado por autores que, mesmo reconhecendo alguma assimetria nas relações militares bilaterais, enfatizam o alinhamento de preferências e os mecanismos institucionais. Um exemplo relevante dos trabalhos que se aproximam do conceito de cooperação é Vargas (2011; 2012). Segundo o autor, as relações entre os dois países a partir do Plano Colômbia foram caracterizadas por uma ajuda dada pelo Estado norte-americano a fim de fazer frente tanto ao narcotráfico quanto aos grupos guerrilheiros, aumentando assim as capacidades militares para alterar a correlação de forças no conflito armado interno em favor dos últimos. Apesar de tratar essa relação sob o ponto de vista mais institucional, o autor termina reconhecendo que o Plano também respondeu aos interesses geopolíticos estadunidenses e provocou uma escalada da guerra interna.

Os conceitos de intervenção, dependência e cooperação são relevantes para o enquadramento das relações militares entre Estados Unidos e Colômbia ao longo do período. É importante destacar novamente, entretanto, que as variações observadas ao longo do período nas relações militares entre

Estados Unidos e Colômbia foram condicionadas por diversos fatores. As preferências das elites políticas, econômicas e militares dos dois países, a evolução da distribuição global e regional de poder, os conteúdos da política externa estadunidense para a região, ou mesmo a evolução tecnológica e as dinâmicas dos conflitos entre atores armados ilegais e as agências governamentais nas diferentes regiões da Colômbia.

Nas próximas seções, oferecemos evidências mais sistemáticas sobre a interação entre a dinâmica do conflito armado colombiano e as mudanças na política de segurança dos Estados Unidos para a América Latina.

Relações EUA-Colômbia durante o Plano Colômbia (2000-2010)

As relações entre Estados Unidos e Colômbia na esfera de segurança são significativas desde a primeira metade do século XX (Coleman, 2008). Houve, porém, uma inflexão importante durante a administração Pastrana (1998-2002), principalmente a partir do Plano Colômbia, formulado em 1999 e executado a partir de 2000. Embora tenha sido concebido pelo governo colombiano como um plano de desenvolvimento socioeconômico financiado por vários países (com a proeminência dos EUA), sua estrutura final acabou por torná-lo um programa voltado para o combate ao narcotráfico principalmente através de meios coercitivos no país andino (Rojas, 2015).

É importante ressaltar que o governo de Andrés Pastrana executou um processo de reforma militar que abrangeu o Exército, a Marinha e a Força Aérea, que tinha como objetivo aperfeiçoar as suas capacidades para o combate às guerrilhas e ao narcotráfico (Vargas, 2012). O pacote de ajuda do Plano Colômbia contou com um montante de US\$1,3 bilhões de dólares em seu primeiro ano, destinados tanto para a Colômbia quanto para os países vizinhos (Equador, Peru, Bolívia, Venezuela, Brasil e Panamá), bem como para financiar as bases norte-americanas na região (Equador, Aruba e Curaçao). Do valor total, US\$ 642,3 milhões (aproximadamente 75%) foram direcionados para assistência militar e policial, o que demonstra o caráter fortemente militarista do plano. Os recursos de assistência militar foram destinados principalmente para a aquisição de armamentos e equipamentos de defesa (sobretudo radares e helicópteros de ataque e de transporte), treinamento de tropas, dentre outras modalidades de assistência. A partir de 2001, o governo dos Estados Unidos separou os recursos do Plano Colômbia da assistência aos demais países, naquilo que ficou conhecido como Iniciativa Regional Andina (Pizzaro and Gaitán, 2006).

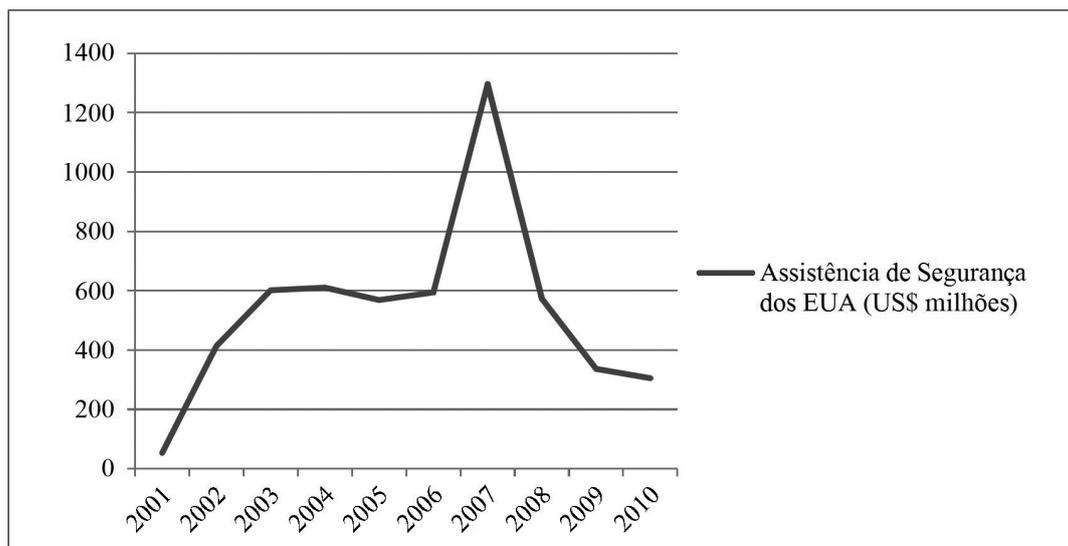
A partir de 2003, o Plano Colômbia passou por uma modificação em seu objetivo estratégico, dado que os recursos, anteriormente destinados para o combate à produção e comercialização de narcóticos, foram liberados pelo Congresso dos EUA para serem usados também em operações contra as guerrilhas. Essa mudança deveu-se a duas razões fundamentais. Primeiro, depois dos atentados terroristas ao World Trade Center e ao Pentágono, em 11 de setembro de 2001, a agenda de segurança do governo norte-americano passou a colocar o combate ao terrorismo como objetivo prioritário na administração de George W. Bush (2001-2009). Tal fator reforçou a militarização das relações

de segurança com os países da região, em parte por meio da expansão em programas de assistência militar. O segundo fator foi a eleição de Álvaro Uribe Vélez (2002-2010), que chegou ao poder com uma retórica de confronto com as FARC, classificando-as como grupos terroristas e, com base nessa afirmação, solicitou auxílio norte-americano para o combate aos grupos insurgentes (Vargas, 2012). A inflexão trazida por Uribe foi em parte possibilitada pelo fracasso do processo de paz durante o governo Pastrana. Assim, a aproximação com os EUA visou a legitimação e o apoio internacional para a política de segurança adotada pela administração Uribe, denominada Política de Segurança Democrática (Tickner and Pardo, 2011). Em 2003, o governo Uribe negociou (*conversaciones de Ralito*) a desmobilização parcial das AUC, em um processo que seguiu até 2006. Além de polêmico em si por causa da extensão dos massacres cometidos e pela conexão das lideranças das AUC com o narcotráfico e proprietários de terras, os acordos com as AUC não impediram a conversão de vários de seus *bloques* e dissidências em bandos criminais (*bacrim*) que atuam ainda hoje.

Reeleito em 2006, Uribe intensificou a campanha militar contra as FARC, que passaram a sofrer derrotas significativas em 2007-2008. Com o enfraquecimento das guerrilhas colombianas e as consequências do escândalo da *parapolítica* (sobre os vínculos entre políticos uribistas e os grupos paramilitares) o foco do apoio estadunidense passou a direcionar-se cada vez mais para a atuação das forças armadas e de outras agências estatais colombianas em projetos como a *Colombia Strategic Development Initiative* (CSDI), planejada para o período 2009-2013, bem como em investimentos direcionados ao Centro de Coordenação de Ação Integral.³ Segundo Rojas (2015), tratava-se de uma terceira fase do Plano Colômbia, denominada pela autora como “fase de consolidação” e que se estenderia até 2010. Da mesma forma que a segunda etapa do Plano Colômbia correspondeu à Política de Segurança Democrática, a terceira fase corresponderia à Política de Consolidação da Segurança Democrática – concebida para o segundo mandato de Uribe (Rojas, 2015). Tendo sido consideradas essas mudanças do Plano Colômbia, serão analisados alguns dados a fim de melhor compreender o auxílio militar norte-americano durante esse período.

No que se refere ao repasse de recursos destinados à assistência de segurança por parte dos Estados Unidos, após o montante de 2000, foi verificado uma queda para US\$ 229,5 milhões em 2001 e, a partir daí, esse valor foi crescente até o ano de 2007, quando chegou a US\$ 1,4 bilhões. O valor dos repasses foi caindo nos dois anos seguintes, chegando a US\$ 305,3 milhões em 2010. A variação é mostrada no gráfico 1 e deve-se às mudanças ocorridas na assistência norte-americana com o Plano de Consolidação, além das dificuldades financeiras registradas pelos EUA com a crise econômica de 2008. Por outro lado, entre 2001 e 2009, o principal foco desses recursos foi o combate ao narcotráfico, tendo correspondido a 89,3% dos valores transferidos para a Colômbia. Embora tenha continuado a ser uma ajuda com ênfase em operações de contra insurgência (“combate ao terrorismo”) no segundo mandato de George W. Bush, o Plano Colômbia incrementou a assistência antinarcóticos (SAM 2019a).

3 A doutrina de Ação Integral foi introduzida pela OTAN a partir da década de 1990. Tinha como foco o direcionamento de recursos para a construção de capacidade institucional em países afetados por conflitos armados (Niño and Castillo, 2015).

Figura 1. Variação da Assistência de segurança dos EUA para Colômbia (2000-2010)

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados de SAM (2019a).

Apesar de ter havido variação na quantidade de equipamentos adquiridos dos Estados Unidos, aquele país foi indiscutivelmente o principal fornecedor da Colômbia durante o período de 2000 a 2009, correspondendo a 65,2% das importações colombianas de defesa. A Colômbia importou armamentos em valores que passaram de US\$72,7 milhões em 2000 para US\$ 603,5 milhões em 2008. Mesmo reduzindo as compras para US\$ 371 milhões em 2010, o país andino foi o terceiro maior importador de armamentos norte-americanos na América Latina e Caribe, atrás apenas de México e Brasil (SIPRI, 2019; SAM 2019b). No que se refere ao número de militares colombianos treinados por técnicos estadunidenses, foi observada uma grande variação entre os anos. Porém, sempre com números altos se comparados com os demais países da região. Em 2007, 14.408 militares colombianos foram treinados por instrutores estadunidenses, configurando-se como o país que mais teve militares treinados pelos EUA no período na região (SAM 2019c).

A assistência norte-americana também envolveu apoio à reestruturação organizacional das forças armadas colombianas. Juntamente com a influência doutrinária na missão de contra insurgência, esta dimensão qualitativa da assistência militar norte-americana tende a produzir efeitos de médio e longo prazo. Entre 1999 e 2001, os EUA apoiaram a criação de uma Brigada Antinarcóticos pelo Exército colombiano, composta por três batalhões. O primeiro desses batalhões era formado por 932 militares colombianos e 65 assessores militares dos EUA, o segundo por 798 efetivos e 65 assessores estadunidenses e o terceiro, 798 militares e 90 assessores (Pabón, 2008). Também a Força Tarefa Conjuntura do Sul foi criada com auxílio estadunidense, com financiamento, treinamento do pessoal e fornecimento de aeronaves. Aquela unidade foi composta por membros das três forças e sua principal missão era combater o narcotráfico na região sul do país (United States of America – USA, 2003). A partir de 2003, com a nova fase do Plano Colômbia, o apoio norte-americano expandiu-se para outras unidades, focadas no combate aos grupos guerrilheiros e sobretudo aquelas dedicadas a operações especiais. Assim, a Brigada de Forças Especiais, os Grupos de Ação Unificada para Liberdade Pessoal (GAULA), o Batalhão Comando (treinado também pelo Comando de Guerra Naval dos Estados

Unidos) e o Batalhão Lancero receberam treinamento do 7º Grupo de Forças Especiais do Exército dos EUA (Moyar et al. 2014; Long et al., 2015).

Além dessas unidades operacionais, também foi fornecido apoio para uma reforma no sistema de inteligência da Colômbia, sobretudo para o combate ao narcotráfico. Nesse sentido foi construído um Centro de Inteligência Conjunta Antidrogas, que atuou sob o comando da Força Tarefa Conjunta do Sul e que recebeu informações de inteligência compartilhadas pelos EUA. Além dessa iniciativa, o Comando Sul dos EUA (SOUTHCOM) destinou cerca de US\$ 7 bilhões para estabelecer o Centro de Inteligência Conjunta-Sul, que também garantiria apoio para a Força Tarefa e para a Polícia. Também foi oferecido apoio para a criação do Conselho Colombiano de Inteligência Conjunta, que contribuiu para a análise das informações coletadas pelas agências de inteligência do país (Ramsay, 2009). Ademais, a Embaixada do EUA na Colômbia e a CIA forneceram dados para as forças armadas do país andino em operações contra as guerrilhas (Moyar et al., 2014).

Com a nova fase do Plano Colômbia a partir de 2007, a ênfase do apoio organizacional da assistência militar norte-americana passou a ser direcionada também para as instituições civis ligadas à implementação da Doutrina de Ação Integral pelo governo colombiano. Por exemplo, a criação do Centro de Coordenação de Ação Integral (CCAI) foi apoiada pela Embaixada dos EUA, pelo SOUTHCOM, pelo Escritório de Assuntos de Transição da USAID e pelo Departamento de Estado. A função da CCAI, como o nome indica, era coordenar a governança e o desenvolvimento de áreas previamente reconquistadas pelos militares (Moyar et al., 2014; Rojas, 2015).

No caso da influência doutrinária, vale destacar dois aspectos principais, com ambos visando obter a vitória na campanha contra insurgente contra as FARC: integração entre as forças armadas e operações especiais. No primeiro caso, o que se viu na Colômbia foi uma reestruturação do sistema de comando e controle no nível estratégico, tendo como parâmetro o modelo de comandos conjuntos dos EUA, divididos por região. Assim, foram criados Comandos Conjuntos pelo Comando Geral das Forças Militares colombianas, seis ao todo, um para cada região geográfica do país (Vargas; García and Pabón, 2008). Já em relação ao modelo doutrinário de operações especiais, cabe ressaltar os treinamentos realizados pelo 7ª Grupo de Forças Especiais do Exército dos EUA desde 2001, com foco em unidades de tamanho pequeno, que tinham como objetivo a neutralização de alvos de alto valor, o resgate de reféns, a garantia de segurança de infraestrutura (sobretudo energética), dentre outros tipos de treinamentos (Long et al., 2015). Além dessas influências doutrinárias, como foi mencionado, a partir de 2007, no marco da terceira etapa do Plano Colômbia, o governo norte-americano apoiou o aprofundamento da aplicação da Doutrina de Ação Integral pelas forças armadas colombianas e por outras agências civis (Rojas, 2015).

Ao longo do governo Uribe, os efetivos militares colombianos aumentaram de 203.300 em 2002 para 267.600 em 2010, enquanto a Polícia Nacional aumentou seus efetivos de 110.100 para 158.400 no mesmo período (Leal, 2018).

Com base nos dados analisados para esse período de 2000 a 2009, pode-se inferir alguns resultados. Em primeiro lugar, grande volume de recursos financeiros e tecnológicos foram transferidos pelos Estados Unidos para a Colômbia, voltados para o combate às guerrilhas e/ou ao narcotráfico.

Houve também mobilização própria do governo colombiano, sobretudo redirecionando recursos fiscais para a reforma militar. Não obstante, o país andino aprofundou sua dependência tecnológica em relação aos EUA. Em segundo lugar, cabe mencionar que, embora os recursos quantitativos tenham se configurado no principal traço desse período, a influência norte-americana na estrutura e na doutrina das forças armadas do país também foram de grande importância, ajudando a moldar essas instituições conforme os interesses estratégicos do governo estadunidense. Na década de 2000, o traço predominante foi quantitativo, o que viria a se alterar na década seguinte.

Relações militares para além do Plano Colômbia (2011-2018)

Após oito anos de governo Uribe, Juan Manuel Santos Calderón foi eleito presidente em 2010 e reeleito em 2014. Embora tenha sido Ministro de Defesa durante o governo Uribe, logo nos primeiros anos de seu primeiro mandato os dois políticos se afastaram e Santos promoveu novos diálogos de paz entre o governo e as FARC. Entre 2012 e 2016, durante mais de 50 rodadas, foram negociados os pontos que conformaram o Acordo de Havana. O acordo de paz foi assinado entre as duas partes em 24 de novembro de 2016, entrando em vigor a partir de janeiro do ano seguinte. Foram negociados temas difíceis relativos à política de desenvolvimento agrário integral, participação política dos ex-guerrilheiros e dos cidadãos socialmente vulneráveis, fim do conflito armado, solução para o problema das drogas ilícitas, reparação e direitos das vítimas do conflito e, em termos procedimentais, questões de implementação, verificação e a maneira de referendar o acordo (Colombia 2016a).

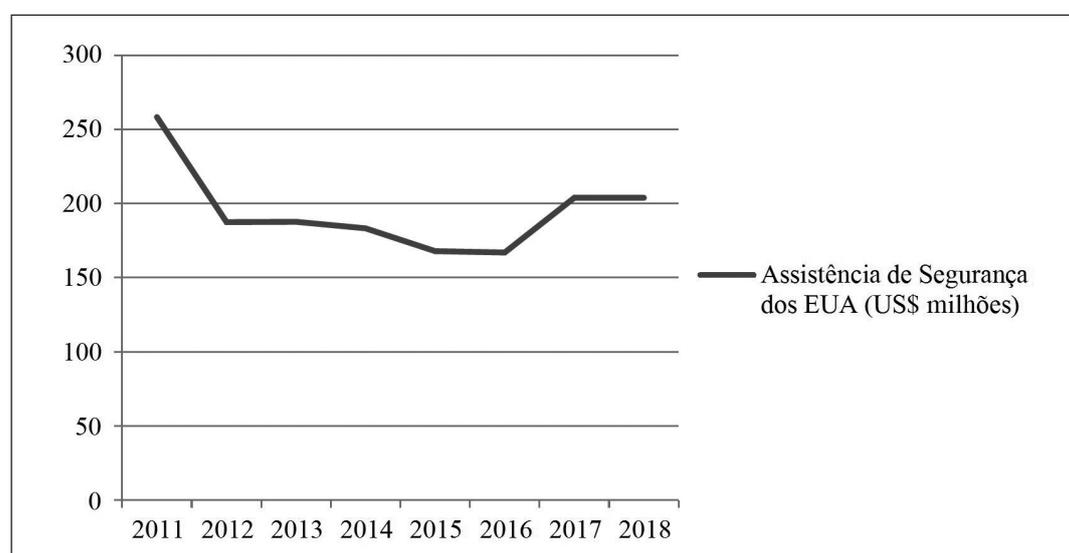
Por sua vez, a partir de 2011 foi iniciado um processo de transformação militar no Exército que se estendeu para as demais forças. O objetivo declarado era preparar as forças colombianas para a nova situação pós-conflito armado. Desse modo, a transformação das instituições militares colombianas incluiu atualização doutrinária, mudanças no perfil de emprego, além de uma diminuição do número de efetivos. No total, a redução foi de 38.130 militares entre 2013 e 2017 (Colombia, 2017).

Concomitantemente a essas mudanças no cenário de segurança do país andino, também houve uma mudança interna nos Estados Unidos. Em primeiro lugar, a partir de 2008, o foco do governo norte-americano, sobretudo a partir da eleição do democrata Barack Obama (2009-2017), foi o combate aos efeitos da crise econômica de 2008, reduzindo o nível da assistência militar para outros países. Além disso, a nova maioria democrata no Congresso Nacional dos EUA passou a exigir maiores contrapartidas em matéria de respeito aos direitos humanos em troca de assistência antiterrorista. Houve um retorno na ênfase ao combate ao narcotráfico e outras “novíssimas ameaças” na América Latina, cada vez mais vinculadas pelos militares e políticos dos Estados Unidos ao ‘bolivarianismo’ e aos conflitos econômicos e ideológicos. O governo Obama, ao mesmo tempo que apoiou a Aliança do Pacífico e governos considerados mais próximos dos Estados Unidos, como Macri na Argentina e Santos na Colômbia, considerados alternativas aos projetos do Brasil e, principalmente, da Venezuela, também procurou normalizar as relações com Cuba. Em paralelo, o aprofundamento da crise venezuelana começava a repercutir nas organizações de integração regionais. Nesse sentido, as relações com

a Colômbia acompanharam a crise do multilateralismo regional na América Latina (Meyer and Gracia, 2018). O alinhamento entre os governos colombiano e estadunidense foi mantido, mas o conteúdo e as prioridades passaram a ser distintos daqueles vigentes durante o Plano Colômbia.

No que se refere aos valores da assistência na área de segurança, percebe-se uma continuação da tendência de queda, de US\$ 305,3 milhões em 2010 para 187,5 milhões em 2012. A partir de 2013 houve estabilização nos valores, chegando a US\$ 203,9 milhões em 2018. Predominou a assistência antinarcóticos nos valores repassados para a Colômbia, equivalente a 77,5% do auxílio norte-americano (SAM 2019a). Em relação ao número de militares colombianos treinados, houve uma significativa redução, passando de 4.249 em 2010 para 1.524 em 2018. Por outro lado, apesar de ter continuado a ser o principal país da região a receber treinamento de instrutores dos EUA, em termos relativos, houve uma diminuição importante na sua posição, sendo responsável por 31,8% do total regional (SAM 2019c).

Figura 2. Variação da Assistência de segurança dos EUA para Colômbia (2011-2018)



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados de SAM (2019a).

No que tange à aquisição de armamentos e demais equipamentos militares pela Colômbia, dois fatos se destacaram. Em primeiro lugar, apesar de os EUA terem continuado a ser o principal fornecedor, percebeu-se nitidamente uma diversificação de parceiros comerciais. Enquanto em 2010 eram responsáveis por 65,2% das importações de material de defesa, passaram a responder por 35,2% em 2018. Além disso, houve alguma diversificação nos tipos de armamentos importados pela Colômbia, que passou a incluir Veículos Aéreos Não Tripulados, mísseis e veículos blindados (SIPRI, 2019). Em termos de valores, houve um aumento entre 2011 e 2013, seguida de redução entre 2014 e 2018, quando o valor das importações colombianas chegou a US\$ 40,9 milhões. Ainda assim, a Colômbia passou à posição de segundo maior importador de armas dos EUA na região, atrás apenas do México (SAM 2019b). Isso indica que o país andino, apesar das reduções verificadas, continuou relativamente dependente dos EUA em termos de tecnologia. As mudanças no fornecimento de equipamentos militares estão relacionadas à “nacionalização” do Plano Colômbia, ou seja, à plena incorporação

dos sistemas de defesa adquiridos no período anterior, reduzindo a necessidade de apoio técnico e assistencial dos EUA que caracterizou a campanha militar contra as FARC (Colômbia, 2015).

Quanto aos aspectos qualitativos das relações militares na fase 2011-2018, foram verificadas duas tendências: em primeiro lugar, embora tenha continuado a assistência direta no combate aos grupos insurgentes, um novo foco passou a ser o apoio a programas de segurança voltados para o desenvolvimento socioeconômico nas regiões anteriormente afetadas pelo conflito armado. Em segundo lugar, no que se refere ao treinamento de unidades militares, continuou-se a focar em operações especiais, com a criação de um Comando de Forças de Operações Especiais, o qual recebeu auxílio direto do SOUTHCOM e do Comando de Operações Especiais dos EUA. Além disso, em 2011, o Exército colombiano criou a Escola de Missões Internacionais e Ação Integral, a fim de prover subsídios técnicos relacionados à desmobilização e assistência humanitária. Para a criação dessa instituição a Colômbia contou com o apoio das Forças de Operações Especiais do Exército dos EUA, que ajudaram a desenvolver um currículo com base na doutrina estadunidense de assuntos civis e de operações psicológicas de estabilização (Moyar et al., 2014).

Mesmo que se reconheça limitações no discurso oficial colombiano após os acordos de paz, o governo Santos teve que implementar alguns dos projetos de desenvolvimento socioeconômico em áreas com baixa presença estatal, sobretudo naquelas antes sob domínio das guerrilhas ou dos grupos paramilitares (Leal, 2018; Viana, 2019). Nesse sentido, o governo colombiano seguiu adotando a Doutrina de Ação Integral, continuando os esforços iniciados na Política de Consolidação Nacional, tendo a agência de ajuda internacional dos Estados Unidos (USAID) como principal instituição de suporte. Um dos mais significativos programas financiados foi a chamada Iniciativa de Desenvolvimento Estratégico da Colômbia, em vigor até 2013. Além disso, a USAID também foi responsável pela elaboração e pelo financiamento do Estratégia de Cooperação de Desenvolvimento com a Colômbia, vigente entre 2014 e 2018. No período mais recente o programa tinha como objetivo oferecer apoio à continuação da transição pós-conflito do Estado colombiano, incluindo o auxílio para a implementação do Acordo de Havana (USA, 2019). Ademais, a USAID continuou a auxiliar o CCAI até 2012 (Isacson, 2012).

O governo norte-americano também elaborou um programa em 2016 que passou a ser executado a partir do ano seguinte, denominado “Paz Colômbia”, cuja finalidade era auxiliar na implementação do acordo de paz com as FARC por meio de financiamento vindo do Departamento de Estado. Dessa forma, foi aprovado um pacote de US\$ 391,3 milhões, composto, em primeiro lugar, por auxílio de US\$ 187 milhões para a construção de governança em territórios com baixa presença institucional do Estado, estímulo à substituição de cultivos ilícitos e assistência às vítimas do conflito. Segundo, US\$ 143 milhões para erradicação de plantações de coca, apoio à Polícia Nacional da Colômbia e para os esforços de reforma judicial. Em terceiro lugar, US\$ 10 milhões para que as agências de segurança colombianas treinassem suas contrapartes de outros países. Além disso, US\$ 38,5 milhões foram aplicados para o treinamento das forças armadas e, por último, US\$ 21 milhões para esforços de desminagem (Beittel, 2019).

Além desse tipo de assistência, os EUA também continuaram a ser um importante ator no processo de transformação das forças armadas colombianas. Técnicos norte-americanos assessoraram o processo de renovação doutrinária do Exército colombiano para o pós-conflito, através da Diretoria da Doutrina de Armas Combinadas e do Comando de Treinamento e Doutrina do Exército dos EUA (Rojas, 2017). Em 2015, a Direção de Doutrina do Exército norte-americano também contribuiu nesse processo, auxiliando o Centro de Doutrina do Exército da Colômbia na elaboração da chamada Doutrina Damasco e na incorporação do conceito operacional de Operações Terrestres Unificadas. Ou seja, o principal conceito da nova doutrina do Exército colombiano foi, na prática, importado do manual doutrinário do Exército norte-americano (Rojas, 2017). Também cabe mencionar que os EUA também acompanharam o processo de implementação dessa doutrina por meio de um escritório localizado no próprio Comando de Transformação do Exército do Futuro (COTEF), a unidade responsável por coordenar a transformação da força colombiana⁴. As principais unidades norte-americanas mobilizadas pertenciam ao Exército Sul, sediado em San Antonio, Texas, subordinado ao SOUTHCOM. Por outro lado, através desse assessoramento, o Comando Geral das Forças Militares e o Comando do Exército colombiano buscaram ajustar a nova doutrina às doutrinas dos EUA e a da OTAN, com a finalidade expressa de facilitar a participação colombiana em forças multinacionais, principalmente sob a direção da ONU e da OTAN (Colombia 2016b).

Além desses fatos, os dois países iniciaram um novo tipo de parceria que ficou conhecida como “cooperação triangular” na área de segurança. Em 2012, os governos de Santos e Obama anunciaram a criação do Plano de Ação EUA-Colômbia sobre Cooperação em Segurança Regional (USCAP, na sigla em inglês), a fim de apoiar a construção de capacidades militares e policiais em outros países, sobretudo da América Central e do Caribe. A execução desse plano envolveu, por um lado, a coordenação entre o Departamento de Estado e a Polícia Nacional da Colômbia para treinamentos na área de segurança interna e justiça criminal. Por outro lado, aumentou o trabalho conjunto entre o SOUTHCOM e o Comando Geral das Forças Militares da Colômbia para realizar treinamentos militares em terceiros países (Tickner and Morales, 2015; Arratia, 2016). Segundo Tickner (2016), essa nova etapa das relações entre os EUA e a Colômbia envolve uma cooperação em segurança “por procuração”, a fim de exportar o modelo desenvolvido pelos Estados Unidos no Plano Colômbia. Entre 2013 e 2017, por exemplo, foram treinados 16.997 efetivos da América Central e Caribe (Beittel, 2019).

As evidências referentes ao período 2010-2018 permitem algumas inferências. Em primeiro lugar, verificou-se uma mudança na dependência tecnológica da Colômbia em relação aos EUA, com quantidades menores de materiais de defesa importados e um peso relativamente menor dos Estados Unidos enquanto fornecedor. Verificou-se, porém, que mesmo com a diminuição nos volumes de recursos financeiros e tecnológicos, consolidou-se a influência doutrinária dos Estados Unidos, tanto no que se refere à doutrina de Ação Integral quanto em relação à presença institucional do governo colombiano em territórios antes afligidos pelo conflito armado, com um uso maior do Departamento de Estado como instrumento junto ao governo colombiano. Não houve redução da dependência militar e do alinhamento, mas sim adaptação dos conteúdos e prioridades às novas realidades políticas

4 Informação obtida em entrevista realizada em 20 de maio de 2017 com um assessor do Centro de Análise Estratégica do Exército do Futuro.

internas da Colômbia e dos Estados Unidos, em uma conjuntura política polêmica, marcada pelo pós-conflito armado (Viana, 2019).

Conclusão

As relações militares entre Colômbia e Estados Unidos no período 2000-2018 foram aprofundadas. A dependência colombiana em relação aos recursos financeiros, tecnológicos, operacionais e informacionais estadunidenses mudou, mas permaneceu decisiva. O alinhamento político entre os governos dos dois países foi um fator relevante, mais evidente nos governos de Uribe e Bush do que durante os mandatos de Santos e Obama. Em resumo, os Estados Unidos apoiaram mais fortemente a campanha de contra insurgência contra as FARC do que as negociações de paz que levaram ao Acordo de Havana ou a sua implementação posterior (Beittel, 2019).

O governo Trump (2017-2020) nos Estados Unidos e a presidência de Iván Duque (2018-2022) na Colômbia representaram uma nova inflexão ainda mais à direita do que os governos Uribe e Bush. Nos últimos anos, os dois governos estiveram alinhados *de facto* em relação à destituição do governo Maduro na Venezuela, à desconstrução da institucionalidade regional de integração e segurança, à retomada do uso de glifosato para erradicação de cultivos de coca, bem como no abandono das negociações de paz com o ELN. As tensões entre os governos americano e colombiano continuaram existindo, por exemplo, por causa do tratamento hostil que Trump dispensou aos aliados mais próximos dos Estados Unidos.

Juntamente com o alinhamento político, desde o início da vigência do Tratado de Livre Comércio entre os dois países em 2012 as relações econômicas também se consolidaram. As assimetrias no plano econômico também ficam evidentes quando se nota que os três principais produtos de exportação colombianos para os Estados Unidos continuam sendo *commodities* (petróleo, café e flores). Além disso, mesmo com a mudança no perfil de consumo de drogas nos Estados Unidos, 83% do consumo anual de cocaína naquele país continua sendo suprido por produtores colombianos, que elevaram a produção para 951 toneladas métricas em 2019 (OAS and CICAD, 2019).

De modo geral, as relações militares entre os Estados Unidos e Colômbia constituem uma dimensão importante das relações bilaterais, com implicações para a segurança de toda a região. A redução nos volumes de assistência financeira e no fornecimento de sistemas de defesa, mais significativos no período 2000-2010, foi compensada pela consolidação da influência doutrinária e organizacional sobre as forças armadas no período 2011-2018. A análise dos nexos causais entre a dinâmica do conflito armado colombiano, as variações na política de segurança internacional dos Estados Unidos, e o grau de dependência colombiano na esfera militar demandam estudos adicionais. Da mesma forma, a análise do peso específico do componente militar nas relações entre os dois países também seria um desdobramento relevante para a pesquisa. A comparação com outros casos em que houve grandes volumes de ajuda militar estadunidense, como Arábia Saudita e México, por exemplo, oferece uma base promissora para a compreensão das implicações em termos securitários e de desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

- Arratia Sandoval, Esteban. “From ‘failed state’ to exporter of security? Colombia and the diplomacy of security”. *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, no. 10 (2016): 148-172.
- Beittel, June S.. “Colombia: Background and U.S. relations”. *Congress Research Service* (2019).
- Coleman, Bradley Lynn. *Colombia and the United States: the making of an inter-American alliance, 1939-1960*. Kent: The Kent State University Press, 2008.
- Colombia. “Memorias al Congreso: 2014-2015”. *Ministerio de Defensa Nacional* (2015).
- Colombia. “Acuerdo Final Para La Terminación del Conflicto y La Construcción de Una Paz Estable y Duradera”. *Presidencia de La República* (2016a).
- Colombia. “Doctrina Damasco”. *Exército Nacional da Colômbia* (2016b).
- Colombia. “Información de Criminalidad, resultados operacionales, afectación de las propias tropas y pie de fuerza”. *Ministerio de Defensa Nacional* (2017).
- Estrada Álvarez, Jairo; Jiménez Martín, Carolina (ed.). *Geopolítica Imperial: intervenciones estadounidenses en nuestra América en el siglo XXI*. Vol. 1. Buenos Aires: CLACSO, 2020.
- Fuccille, Alexandre; Marques, Adriana. “La dinámica de las relaciones Estados Unidos-Colombia-Brasil: cooperación, competición y conflicto”. *Papel Político*, no. 1, vol. 23, (2018): 187-208.
- Holmes, Jennifer S. et al. “Paramilitary Violence in Colombia: A Multilevel Negative Binomial Analysis”. *Defence and Peace Economics* (2019).
- Kornat, Gerhard Drekonja. “Formulando la política exterior colombiana”. In *Relaciones internacionales y política exterior de Colombia*, compiled by Arlene Tickner and Sandra Borda, 49-77. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2011.
- Leal, Buitrago Francisco. *Del Frente Nacional a la Posguerra Fría*. Bogotá: Alfaomega, 2002.
- Leal, Buitrago Francisco. “Militares y construcción de paz en Colombia actual”. *Nueva Sociedad*, no. 278 (2018): 91-99.
- Long, Austin et al. *Building Special Operations Partnerships in Afghanistan and Beyond: Challenges and Best Practices from Afghanistan, Iraq, and Colombia*. Santa Monica: RAND Corporation, 2015.
- Meyer, Peter J.; Gracia, Edward Y.. “U.S. Foreign Assistance to Latin America and the Caribbean: FY2017 Appropriations”. *Congress Research Service* (2018).
- Moyar, Mark et al.. *Persistent Engagement in Colombia*. Florida: JSOU Press, 2014.
- Niño González, César Augusto; Castillo Castañeda, Alberto. “La Doctrina de Acción Integral como política de seguridad en el posconflicto armado en Colombia”. In *Perspectivas y prospectivas de la seguridad en Colombia*, compiled by César Augusto Niño, 121-148, vol. 1. Bogotá: Universidad Santo Tomás, 2015.
- OAS, Organization of American States; CICAD, Inter-American Drug Abuse Control Commission. “Report on Drug Use in the Americas”. *OAS-CICAD* (2019).
- Pabón Ayala, Nathalie. “El papel de las Fuerzas Armadas en la política antidrogas colombiana (1998-2006)”. In *El papel de las Fuerzas Armadas en la política antidrogas colombiana 1985-2006*, edited by Alejo Vargas Velásquez, 145-176. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2008.
- Pécaut, Daniel. *As FARC: Uma guerrilha sem fins?* São Paulo: Paz e Terra, 2010.

- Pizarro, Eduardo; Gaitán, Pilar. “Plan Colombia and the Andean Regional Initiative: lights and shadows”. In *Addicted to failure: U.S. security policy in Latin America and the Andean region*, edited by Brian Loveman, 53-79. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2006.
- Ramsey, Robert D.. *From El Billar to Operations Fenix and Jaque: The Colombian security forces experience, 1998-2009*. Kansas: Combat Studies Institute Press, 2009.
- Randall, Stephen. *Colombia and the United States: hegemony and interdependence*. Georgia: University Of Georgia Press, 1992.
- Restrepo, Luis Alberto. *El Plan Colombia y la internacionalización*. Bogotá: IEPRI, 2001.
- Rojas Guevara, Pedro Javier. “Doctrina Damasco: eje articulador de la segunda gran reforma del Ejército Nacional de Colombia”. *Revista Científica General José María Córdova*, no. 19, v. 15 (2017): 95-119.
- Rojas, Diana Marcela. El taller del imperio global: Análisis de la intervención de Estados Unidos en Colombia (1998-2008). *Análisis Político*, no. 65, v. 1 (2009): 111-126.
- Rojas, Diana Marcela. *El Plan Colombia: la intervención de Estados Unidos en el conflicto armado colombiano (1998-2012)*. Bogotá: IEPRI, 2015.
- Rojas, Diana Marcela. “Estados Unidos en la construcción de la paz en Colombia”. *Análisis Político*, no. 91 (2017): 37-52.
- Safford, Frank; Palacios, Marco. *Colombia: fragmented land, divided society*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- SAM, Security Assistance Monitor. *Colombia: Security Aid*. 2019a. Disponível em: <<https://bit.ly/2OVUQ5E>>. Acesso em: 13 set. 2019.
- SAM, Security Assistance Monitor. *Arms Sales*. 2019b. Disponível em: <https://bit.ly/3alKHdx>. Acesso em: 03 mar. 2019.
- SAM, Security Assistance Monitor. *Colombia: Trainees Pivot Table*. 2019c. Disponível em: <<https://bit.ly/2KjKQm1>>. Acesso em: 13 set. 2019.
- SIPRI, Stockholm International Peace Research Institute. *Military expenditure by country, in constant (2016)*. Solna: Stockholm International Peace Research Institute, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2xBeLDB>>. Acesso em: 13 set. 2019.
- SIPRI, Stockholm International Peace Research Institute. *Transfers of major weapons: Deals with deliveries or orders made for 1998 to 2019*. Solna: Stockholm International Peace Research Institute, 2018b.
- Tickner, Arlene B.. “Intervención por invitación: Claves de la política exterior colombiana y de sus debilidades principales”. *Colombia Internacional*, no. 65 (2007): 90-111.
- Tickner, Arlene B.; Pardo, Rodrigo. “En busca de aliados para la ‘Seguridad Democrática’: La política exterior del primer año de la administración Uribe”. In *Relaciones internacionales y política exterior de Colombia*, edited by Arlene Tickner and Sandra Borda, 227-248. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2011.
- TICKNER, Arlene B.; PARDO, Rodrigo. “Exportación de la seguridad y política exterior de Colombia”. *FES Colombia* (2016).

- Tickner, Arlene B.; Morales, Mateo. “Cooperación dependiente asociada: Relaciones estratégicas asimétricas entre Colombia y Estados Unidos”. *Colombia Internacional*, no. 85, v. 1 (2015): 171-205.
- Tokatlian, Juan Gabriel. “El Plan Colombia: ¿un modelo de intervención?”. *Revista Cidob D'afers Internacionals*, no. 54, v. 55 (2001): 203-219.
- Torres del Río, César. *Fuerzas Armadas y seguridad nacional*. Bogotá: Planeta Colombiana Editorial, 2000.
- USA, United States of America. “Colombia program at-a-glance”. *United States Agency for International Development (USAID)* (2012).
- USA, United States of America. “Drug Control: Air Bridge Denial Program in Colombia has implemented new safeguards, but Its effect on drug trafficking is not clear”. *US General Accounting Office* (2005).
- Vargas Velásquez, Alejo. *Las Fuerzas Armadas en el Conflicto Colombiano: Antecedentes y Perspectivas*. Medellín: La Carreta Política, 2012.
- Vargas Velásquez, Alejo; García Pinzón, Viviana; Pabón Ayala, Nathalie. “Consideraciones finales: Transformaciones de las Fuerzas Armadas Colombianas”. In *El papel de las Fuerzas Armadas en la política antidrogas colombiana 1985 2006*, edited by Alejo Vargas Velásquez, 177-189. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2008.
- Viana, Manuela Trindade. “Reorganizando la violencia: la ‘historia de éxito’ colombiana y los límites del discurso del posconflicto”. *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, no. 121 (2019): 135-156.